



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

MINUTA PADRONIZADA PELO GOVERNO FEDERAL (MODELO AGU)

## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 02/2026

(Processo Administrativo 02/2026)

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO - PR, com sede no endereço indicado no rodapé, representado por seu presidente, em exercício, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do [art. 75, II](#), nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Municipal nº 162/2023](#), e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 15/06/2026.**

**Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00**

**Link: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

**Critério de Julgamento: menor preço por lote**

O prazo para envio da proposta reajustada e documentos de habilitação do licitante vencedor, **não afasta a obrigação deste de atender as condições de habilitação na data da apresentação da proposta.** Documentos com data após abertura da sessão pública só em caso de atualização e diligências conforme art. 64 Lei 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA PLATAFORMA PRIVADA: Considerando que a Câmara conta com apenas 04 (quatro) servidores efetivos. Considerando o volume de demandas. Considerando que no COMPRAS.GOV.BR o cadastro de itens de uma licitação pode durar várias horas, em razão do retrabalho, uma vez que o funcionário terá que cadastrar no sistema de gestão, e na sequência na plataforma COMPRAS.GOV.BR um a um. E que após a realização do certame, o Agente de Contratação terá que digitar manualmente todos os dados do resultado no sistema de gestão um a um; vez que não há integração. Considerando que a LICITANET permite o cadastramento dinâmico de editais de pregões e dispensas, com importação e exportação de dados. A fim de dar celeridade ao processo administrativo de contratação, devido a quantidade razoável de itens, optou-se pela realização da sessão do Dispensa eletrônica na plataforma privada – LICITANET vez que a integração da plataforma LICITANET proporciona menor tempo dispendido em cadastro, garantindo maior eficiência e agilidade na realização do cadastro ou na operacionalização de licitações.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa, por dispensa de licitação, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, COM ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, LAUDOS, EXAMES OCUPACIONAIS E ENVIO DOS EVENTOS SST AO ESOCIAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO/PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. A contratação ocorrerá conforme termo de referência – anexo II.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada disponível no LICITANET endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2. Poderão participar do processo todas as empresas que atenderem a todas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos, **cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.**

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. *Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;*

2.3.3. *Que se enquadrem nas seguintes vedações:*

2.3.3.1 *Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;*

2.3.3.2. *Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;*

2.3.3.3. *Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;*

2.3.3.4. *Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;*

2.3.3.5. *Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;*

2.3.3.6. *Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de*

---

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

*trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.*

2.3.3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.8. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

*2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e*

*2.3.5. sociedades cooperativas.*

*2.3.6. Pessoas físicas.*

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, **exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, observando as exigências do termo de referência.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto, ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

---

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.9. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*

3.9.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.9.1.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*

3.9.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.9.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. *O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.*

4.3.2. *O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em*

---

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

*relação ao que cobrir a melhor oferta é de acordo com o estabelecido em cada item no sistema.*

- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

*4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.*

### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
  - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.4. **Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.**
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 5.5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
  - 5.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal de PORTO BARREIRO - PR, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

*do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

*5.6.1. contiver vícios insanáveis;*

*5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;*

*5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;*

*5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;*

*5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.*

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

*5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.*

*5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.*

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

*5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;*

*5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.*

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

### 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) [SICAF](#);
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).
- 6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora.
  - 6.2.1.1. *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.*
    - 6.2.1.1.1. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*
    - 6.2.1.1.2. *O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.*
- 6.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.2.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro do Fornecedor no Sistema de Dispensa Eletrônica, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.4. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do seu cadastro no Sistema de Dispensa Eletrônica para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.5. *O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s); ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas, conforme estatui o artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.*
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, ou por e-mail ([camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)) sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado contrato administrativo formal.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para **assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
  - 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
  - 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
  - 7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

7.3.2.a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3.a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- i. der causa à inexecução parcial do contrato;
- ii. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii. der causa à inexecução total do contrato;
- iv. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- v. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- vi. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- vii. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- viii. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3. **Multa:**

8.3.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.3.2. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

- 8.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 8.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.10.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 8.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 8.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

### 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republishar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

*9.11.1 Caso o participante se sinta prejudicado quanto ao julgamento e habilitação deverá manifestar imediatamente no CHAT da plataforma sua intenção de recurso, sob pena de preclusão, valendo-se do seu direito constitucional de petição. Neste caso, as razões do recurso, deverão ser encaminhadas via e-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) ou pessoalmente (Rua das Hortênsias, 1235, centro, CEP: 85.345-000, Sala de Licitação e Contrato), no*

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

*prazo de até 3 dias úteis e o prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.*

*9.12. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

*9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:*

9.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.3. ANEXO III – Minuta do contrato;

9.13.4. ANEXO IV – Modelo Proposta de Preço;

9.13.5. ANEXO V – Modelo Declaração Proteção ao menor;

Porto Barreiro – PR, 02 de junho de 2026.

---

Armando Rigo  
Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

### ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

#### 1.1. Habilitação jurídica

- 1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF.

1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

1.2.3.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

1.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### **1.3 Habilitações econômico-financeira:**

1.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

## ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA ELETRÔNICA 02/2026

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas demais normas legais e regulamentares, inclusive às municipais.

1.2. De acordo com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, este documento consolida os parâmetros necessários para a contratação, contendo a definição clara do objeto, justificativa, requisitos, modelo de execução e critérios pertinentes.

### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, COM ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, LAUDOS, EXAMES OCUPACIONAIS E ENVIO DOS EVENTOS SST AO ESOCIAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO/PR.**

2.1.1. Conforme as seguintes quantidades e especificações:

LOTE 1					
ITEM	NOME DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT	PERIOD.	PREÇO UNITÁRIO	P. MAX. TOTAL
01	SERVIÇO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – E-SOCIAL – Execução dos Programas e Laudo de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional.  SERVIÇO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - E-SOCIAL – Execução dos Programas e Laudo de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional:  NR-1 - PGR - Programa de gerenciamento de risco: Conforme a Norma Regulamentadora nº 01, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, no Ministério do Trabalho, atual ENT.  NR-7 - PCMSO - Programa de controle médico e saúde ocupacional: Conforme a Norma Regulamentadora nº 07, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, no Ministério do Trabalho, atual ENT.  LTCAT - Laudo Técnico das condições do ambiente de trabalho: Laudo com parecer técnico sobre	01	Anual	R\$ 5.616,35	R\$ 5.616,35

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

<p>funções insalubres e/ou perigosas, conforme Lei Nº 8.213/1991, em vigor desde 24 de julho de 1991, Decreto 3.048/99, Art. 68 §2º do Decreto 3.048/99 e Art. 58 §2º da Lei Nº 8.213/91.</p> <p>PPP-Perfil Profissiográfico Previdenciário: Consiste em um documento histórico laboral do trabalhador que deve conter uma série de informações para serem repassadas ao INSS. Dentre elas, uma descrição detalhada das atividades exercidas por aquele trabalhador e quais são os agentes nocivos a saúde pelos quais ele é exposto durante a realização de suas funções. O PPP será fornecido quando for solicitado, por algum vereador ou servidor.</p> <p>ACESSO AO SOFTWARE ESPECIALIZADO EM GESTÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA OCUPACIONAL que dá acesso por meio de login e senha, permitindo gerar todas as informações de SST dos trabalhadores em formato XML, aptas a serem transmitidas ao eSocial. O treinamento para operação do Software deverá ser realizado gratuitamente na sede do cliente, mediante agendamento.</p> <p>Envio dos Eventos para o eSocial: Transmissão dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho: S2220, S2240 e S2210.</p> <p>Cadastro dos servidores e envio para o E-Social Mensal - sendo 6 servidores (4 efetivos e 2 comissionados)</p> <p>Orientação Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientação para preenchimento dos Planos de ação dos Programas PGR e PCMSO, bem como a divulgação destas ações;</li><li>• Orientação sobre elaboração/atualização da Ordem de Serviço Ocupacional;</li><li>• Orientação sobre uso de EPCs e EPIs (Equipamentos de Proteção</li></ul>				
---	--	--	--	--

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraortobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraortobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

	Coletiva e Individual); • Orientações sobre as Normas de Segurança do Trabalho.  Vigência de Contrato: 12 meses - Pagamento em parcela única.				
2	Exames médicos Ocupacionais: Admissional, demissional, periódico, mudança de risco ocupacional e retorno ao trabalho. 04 Servidores Efetivos 02 Servidores Comissionados	06	Anual	R\$ 93,20	R\$ 559,20
3	Avaliação Psicossocial – com médico do trabalho	06	Anual	R\$ 209,59	R\$ 1.257,54
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1 R\$ 7.433,09</b>					

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo.

2.4. As condições de execução e vigência contratual serão detalhadas no instrumento contratual ou documento equivalente.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação visa atender às exigências legais relacionadas à Segurança e Medicina do Trabalho, especialmente quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e às obrigações relativas ao eSocial SST.

3.2. A Câmara Municipal de Porto Barreiro/PR possui servidores efetivos e comissionados, estando obrigada ao cumprimento das normas relativas à saúde e segurança ocupacional, bem como à transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao eSocial.

3.3. A ausência de profissional habilitado e de laudos técnicos válidos poderá ocasionar autuações fiscais, passivos trabalhistas, multas administrativas e riscos à integridade física dos servidores.

3.4. A Câmara Municipal não dispõe em seu quadro funcional de profissionais especializados, tais como Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e técnicos habilitados, sendo necessária a contratação de empresa especializada.

3.5. A terceirização dos serviços mostra-se mais vantajosa economicamente e tecnicamente, garantindo:

1. atendimento à legislação vigente;
2. atualização técnica constante;
3. redução de passivos trabalhistas;
4. segurança jurídica;
5. envio correto dos eventos ao eSocial;
6. preservação da saúde ocupacional dos servidores.

3.6. Dessa forma, a contratação revela-se necessária e compatível com o interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

4.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. A empresa contratada deverá atender aos requisitos jurídicos, técnicos e econômicos compatíveis com o objeto contratado.
- 5.2. A contratada deverá possuir profissionais habilitados legalmente para execução dos serviços de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 5.3. Não será admitida a subcontratação sem autorização expressa da Administração.
- 5.4. Não haverá exigência de garantia contratual.
- 5.5. A contratada deverá disponibilizar acesso a software especializado em SST para geração e transmissão das informações ao eSocial.
- 5.6. O treinamento para utilização do sistema deverá ser realizado sem custos adicionais à contratante.
- 5.7. Todos os serviços deverão atender às Normas Regulamentadoras vigentes do Ministério do Trabalho.

### **6. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

#### **6.1. DEVERES DA CONTRATADA**

- 6.1.1. Executar os serviços conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.1.2. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.1.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- 6.1.4. Realizar os exames ocupacionais previstos na legislação vigente.
- 6.1.5. Efetuar a transmissão dos eventos SST ao eSocial dentro dos prazos legais.
- 6.1.6. Disponibilizar suporte técnico sempre que necessário.
- 6.1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou terceiros decorrentes da execução contratual.

#### **6.2. DEVERES DA CONTRATANTE**

- 6.2.1. Fornecer as informações necessárias à execução dos serviços.
- 6.2.2. Fiscalizar a execução contratual.
- 6.2.3. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos.
- 6.2.4. Comunicar formalmente eventuais irregularidades verificadas na execução do contrato.

### **7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

- 7.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.
- 7.2. Os serviços compreenderão:
  - 4 elaboração do PGR;
  - 5 elaboração e coordenação do PCMSO;
  - 6 elaboração do LTCAT;
  - 7 emissão de PPP;
  - 8 realização de exames ocupacionais;
  - 9 avaliações psicossociais;
  - 10 envio dos eventos SST ao eSocial;
  - 11 orientações técnicas sobre segurança do trabalho.

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

7.3. Os serviços poderão ser realizados na sede da Câmara Municipal ou em local indicado pela contratada, conforme necessidade.

### 8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

8.1. O responsável pelo acompanhamento, fiscalização, gestão do contrato e atesto da nota fiscal ou documento equivalente será servidor designado.

### 9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

9.2. A contratada deverá manter regularidade fiscal durante toda a execução contratual.

9.2.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Porto Barreiro, rua das Hortênsias, 1235, centro, CEP 85.345-000, CNPJ: 01.641.655/0001-01;

9.2.2. A nota fiscal/fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

9.2.3. Qualquer atraso ou incorreção ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou nos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para a CONTRATANTE.

**9.3 Caso a empresa contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverá informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço. Não sendo optante, será efetuada a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoa jurídica pelo fornecimento do bem, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023.**

**9.3.1. Ressaltamos que não se trata de aumento de tributação, mas de alteração do destinatário do tributo. O valor que anteriormente era repassado à União, a partir de agora será retido aos cofres municipais.**

### 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. A modalidade de contratação adotada será a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE.

10.2. O julgamento pelo menor preço por lote justifica-se em razão da natureza integrada e interdependente dos serviços objeto da contratação, considerando que os programas, laudos, exames ocupacionais, avaliações psicossociais, gestão das informações de Saúde e Segurança do Trabalho – SST e transmissão dos eventos ao eSocial necessitam ser executados de forma padronizada, unificada e compatível dentro do mesmo sistema de gerenciamento.

10.3. A divisão da contratação por itens, com fornecedores distintos, poderá comprometer a integração das informações ocupacionais dos servidores, ocasionar incompatibilidade entre sistemas utilizados, divergências técnicas entre documentos e dificuldades na consolidação e transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao eSocial, gerando riscos de inconsistências, retrabalho administrativo, falhas operacionais e responsabilização perante os órgãos fiscalizadores.

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

10.4. A adoção do critério de julgamento por lote mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, considerando que proporciona:

- a) centralização da responsabilidade contratual em um único fornecedor;
- b) maior eficiência na gestão e fiscalização contratual;
- c) padronização dos documentos, laudos e informações de SST;
- d) integração entre os programas ocupacionais e os eventos transmitidos ao eSocial;
- e) redução de riscos de incompatibilidade técnica entre sistemas e prestadores distintos;
- f) maior segurança técnica e operacional na execução contratual;
- g) otimização dos procedimentos administrativos e redução de retrabalho.

10.5. Embora os serviços estejam discriminados individualmente para fins de composição do preço estimado e controle administrativo, todos integram um único conjunto funcional e operacional, motivo pelo qual a contratação em lote único é a solução mais adequada ao interesse público.

10.6. Dessa forma, considerando a necessidade de integração dos serviços, padronização das informações e eficiência administrativa, mostra-se adequada a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1 O valor estimado para contratação é de R\$ 7.433,09 (sete mil quatrocentos e trinta três reais e nove centavos).

### 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento em vigor:

DOTAÇÕES			
Exercício	Funcional programática		
2026	01.001.01.031.0001.1001	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
2026	01.001.01.031.0001.1001	3.3.90.30.05.00	Serviços Técnicos Profissionais

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

## ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO nº 01/2026

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(Processo Administrativo 02/2026)

## DISPENSA ELETRÔNICA Nº XX/2026 CONTRATO Nº XX/2026

**CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 01.641.655/0001-01, com sede na Rua das Hortênsias, 1235 – Centro – 85.345-000, Porto Barreiro, Paraná fone n.º (42) 3661-1097, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **ARMINDO RIGO**, portador da Cédula de Identidade nº 3.926.143-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 373.347.359-00, doravante denominado CONTRATANTE.

**CONTRATADA: XX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº XX, localizada na XX, CIDADE, CEP: XX, neste ato representada por **XX**, inscrito no CPF sob o nº XX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme Relatório da Dispensa, decorrente do Aviso de Dispensa de Licitação nº XX/2026, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, COM ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, LAUDOS, EXAMES OCUPACIONAIS E ENVIO DOS EVENTOS SST AO ESOCIAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO/PR.**

, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, e no disposto abaixo:

LOTE 1					
ITEM	NOME DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT	PERIOD.	PREÇO UNITÁRIO	P. MAX. TOTAL
01	SERVIÇO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – E-SOCIAL – Execução dos Programas e Laudo de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional.  SERVIÇO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - E-SOCIAL – Execução dos Programas e Laudo de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional:  NR-1 - PGR - Programa de gerenciamento de risco: Conforme a Norma Regulamentadora nº 01, da Secretaria de Segurança e Saúde do	01	Anual	R\$	R\$

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

<p>Trabalho, no Ministério do Trabalho, atual ENT.</p> <p>NR-7 - PCMSO - Programa de controle médico e saúde ocupacional: Conforme a Norma Regulamentadora nº 07, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, no Ministério do Trabalho, atual ENT.</p> <p>LTCAT - Laudo Técnico das condições do ambiente de trabalho: Laudo com parecer técnico sobre funções insalubres e/ou perigosas, conforme Lei Nº 8.213/1991, em vigor desde 24 de julho de 1991, Decreto 3.048/99, Art. 68 §2º do Decreto 3.048/99 e Art. 58 §2º da Lei Nº 8.213/91.</p> <p>PPP-Perfil Profissiográfico Previdenciário: Consiste em um documento histórico laboral do trabalhador que deve conter uma série de informações para serem repassadas ao INSS. Dentre elas, uma descrição detalhada das atividades exercidas por aquele trabalhador e quais são os agentes nocivos a saúde pelos quais ele é exposto durante a realização de suas funções. O PPP será fornecido quando for solicitado, por algum vereador ou servidor.</p> <p>ACESSO AO SOFTWARE ESPECIALIZADO EM GESTÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA OCUPACIONAL que dá acesso por meio de login e senha, permitindo gerar todas as informações de SST dos trabalhadores em formato XML, aptas a serem transmitidas ao eSocial. O treinamento para operação do Software deverá ser realizado gratuitamente na sede do cliente, mediante agendamento.</p> <p>Envio dos Eventos para o eSocial: Transmissão dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho: S2220, S2240 e S2210.</p> <p>Cadastro dos servidores e envio</p>				
---	--	--	--	--

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

	para o E-Social Mensal - sendo 6 servidores (4 efetivos e 2 comissionados)  Orientação Técnica: <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientação para preenchimento dos Planos de ação dos Programas PGR e PCMSO, bem como a divulgação destas ações;</li><li>• Orientação sobre elaboração/atualização da Ordem de Serviço Ocupacional;</li><li>• Orientação sobre uso de EPCs e EPIs (Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual);</li><li>• Orientações sobre as Normas de Segurança do Trabalho.</li></ul> Vigência de Contrato: 12 meses - Pagamento em parcela única.				
2	Exames médicos Ocupacionais: Admissional, demissional, periódico, mudança de risco ocupacional e retorno ao trabalho. 04 Servidores Efetivos 02 Servidores Comissionados	06	Anual	R\$	R\$
3	Avaliação Psicossocial – com médico do trabalho	06	Anual	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1 R\$</b>					

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 A gestão e fiscalização do contrato competirá ao Fiscal de Contratos do Poder Legislativo da Câmara Municipal, que foi nomeado através da Portaria nº13/2024 e previsto no termo de referência.

3.2 À fiscalização caberá ainda:

- a) Fazer acompanhamento do serviço;
- b) Anotar todas as queixas para serem examinadas;
- c) Aplicar as penalidades de sua competência, e propor as que competirem à Administração;

3.3 Exigir o cumprimento de cláusulas contratuais.

3.4 À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA (art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

3.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

3.6 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGA

- 4.1. A prestação dos serviços será por demanda, conforme a necessidade do Contratante, através de solicitação formal encaminhada pelo Gestor/Fiscal do contrato à Contratada.
- 4.2. Os serviços deverão ter início e serem prestados, sem custo adicional ou qualquer outro encargo, em até 05 (cinco) dias do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da assinatura do contrato, devendo ser prestados conforme descrito no termo de referência.
- 4.3. Caso não seja possível a prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar, por escrito, as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.
- 4.4. Os serviços deverão ser prestados dentro dos padrões especificados, sob pena de não pagamento.
- 4.5. Caso os serviços não correspondam à quantidade solicitada e/ou à qualidade exigida, será recusado e deverá ser refeito dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da notificação encaminhada pelo Gestor/Fiscal.

### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

#### 5.1. PREÇO

- 5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXX**.
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 5.2. FORMA DE PAGAMENTO

- 5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### 5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

- 5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

#### 5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da realização definitiva do serviço da contratação, conforme disposto neste instrumento.
- 5.4.2. Quando houver glosa parcial do serviço, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - a) O prazo de validade;
  - b) A data da emissão;
  - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) O período respectivo de execução do contrato;
  - e) O valor a pagar; e
  - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.9. Havendo a efetiva execução do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir da Contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato;

7.1.2. Requisitar a execução dos serviços, na forma prevista no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto entregue, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Informar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades ou falhas encontradas durante a prestação do serviço/fornecimento contratado, fixando prazos para as devidas correções, sob pena de sofrer sanções pertinentes, constantes na cláusula de penalidades do contrato.

7.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

7.1.6. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento do fornecimento;

7.1.7. Proporcionar as condições, a seu cargo, para que a empresa cumpra as obrigações pactuadas;

7.1.8. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações do legislativo, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para execução dos serviços;

7.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à entrega do objeto no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

7.1.10. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;

7.1.11. Cientificar o setor jurídico responsável pela adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

7.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que o fornecimento seja realizado com esmero e perfeição.

8.2. Prestar os serviços contratados independente de qualquer contratempo.

8.3. Responsabilizar-se pela autenticidade dos produtos.

8.4. Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

8.5. Manter-se, durante todo o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Termo de Referência.

8.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, cumprindo todas as orientações e esclarecimentos solicitados, propiciando meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços e atendendo às reclamações formuladas.

8.7. Assumir a responsabilidade por toda e qualquer despesa com pagamento de seu pessoal, inclusive com traslados, alimentação, acomodação e, também, por todos os danos e perdas causados a terceiros, diretamente resultantes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, responsabilizando-se pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados.

8.8. Disponibilizar ao Contratante um serviço de atendimento personalizado e imediato, com a disponibilização de números de telefones fixos e móveis, endereço de e-mail e outras facilidades para abertura de chamados durante os dias úteis semanais, entre 8h e 17h.

8.9. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que este julgar necessários.

8.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições e especificações, conforme prazo e local previamente acordados.

8.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

8.12. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações e, se for o caso, providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização, seja quanto ao fornecimento dos serviços;

8.13. Manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao serviço e/ou objeto que deverá ser entregue, vedada sua divulgação sem permissão do Contratante.

8.14. A Contratante deverá fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.

8.15. Substituir, imediatamente, os empregados em serviço, mediante solicitação do Contratante.

8.16. Caberão à Contratada todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de sua função, ou em contato com eles nas dependências da Contratante.

8.17. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto deste contrato.

8.18. Serão de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas decorrentes do transporte para prestação dos serviços, seja, taxas, impostos, mão de obra, todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento.

8.19. Aceitar a fiscalização e o acompanhamento da entrega pelo Gestor/Fiscal do contrato, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização do fornecimento.

8.20. A fiscalização da execução do objeto contratual por parte do Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e preposto, de conformidade com o art. 120

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

da Lei nº 14.133 de 2021.

8.21. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento do objeto do contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Contratante, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo Contratante no ato do pagamento.

### CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. *Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:*

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### 10.3. Multa:

10.3.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.3.2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

10.3.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

---

RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária:

DOTAÇÕES			
Exercício	Funcional programática		
2026	01.001.01.031.0001.1001	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
2026	01.001.01.031.0001.1001	3.3.90.30.05.00	Serviços Técnicos Profissionais

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. A CONTRATANTE e CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraortobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraortobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

g) Na execução deste contrato, a **CONTRATADA** zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

h) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome da Câmara Municipal de Porto Barreiro, e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

14.2. A **CONTRATADA** cooperará com Poder Legislativo de Porto Barreiro/PR no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

14.3. A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados da Câmara Municipal de Porto Barreiro/PR, ou por meio telefone 42-3661-1097, quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de **OPERADOR** a **CONTRATADA** deve-se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.4. A **CONTRATADA** manterá contato formal com o Setor de Compras do Legislativo de Porto Barreiro, através do telefone 42 3661-1097.

14.5. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

14.6. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

14.7. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito da Câmara Municipal de Porto Barreiro/PR.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul/PR para solucionar quaisquer dúvidas decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, firmam as partes o presente instrumento.

Porto Barreiro/PR, XX de XX de 202x.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO**  
**ARMINDO RIGO**  
Presidente

**XEMPRESAX**  
Detentora da Ata  
**XREPRESENTANTEX**  
Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

---

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

**ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇO**

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital Aviso de Dispensa Eletrônica nº 02/2026, que tem por objeto , em conforme segue:

LOTE 1					
ITEM	NOME DO PRODUTO/SERVIÇO	QUANT	PERIOD.	PREÇO UNITÁRIO	P. MAX. TOTAL
01	<p>SERVIÇO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – E-SOCIAL – Execução dos Programas e Laudo de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional.</p> <p>SERVIÇO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - E-SOCIAL – Execução dos Programas e Laudo de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional:</p> <p>NR-1 - PGR - Programa de gerenciamento de risco: Conforme a Norma Regulamentadora nº 01, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, no Ministério do Trabalho, atual ENT.</p> <p>NR-7 - PCMSO - Programa de controle médico e saúde ocupacional: Conforme a Norma Regulamentadora nº 07, da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, no Ministério do Trabalho, atual ENT.</p> <p>LTCAT - Laudo Técnico das condições do ambiente de trabalho: Laudo com parecer técnico sobre funções insalubres e/ou perigosas, conforme Lei Nº 8.213/1991, em vigor desde 24 de julho de 1991, Decreto 3.048/99, Art. 68 §2º do Decreto 3.048/99 e Art. 58 §2º da Lei Nº 8.213/91.</p> <p>PPP-Perfil Profissiográfico Previdenciário: Consiste em um documento histórico laboral do trabalhador que deve conter uma série de informações para serem repassadas ao INSS. Dentre elas,</p>	01	Anual	R\$	R\$

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – PARANÁ

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

	<p>uma descrição detalhada das atividades exercidas por aquele trabalhador e quais são os agentes nocivos a saúde pelos quais ele é exposto durante a realização de suas funções. O PPP será fornecido quando for solicitado, por algum vereador ou servidor.</p> <p>ACESSO AO SOFTWARE ESPECIALIZADO EM GESTÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA OCUPACIONAL que dá acesso por meio de login e senha, permitindo gerar todas as informações de SST dos trabalhadores em formato XML, aptas a serem transmitidas ao eSocial. O treinamento para operação do Software deverá ser realizado gratuitamente na sede do cliente, mediante agendamento.</p> <p>Envio dos Eventos para o eSocial: Transmissão dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho: S2220, S2240 e S2210.</p> <p>Cadastro dos servidores e envio para o E-Social Mensal - sendo 6 servidores (4 efetivos e 2 comissionados)</p> <p>Orientação Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Orientação para preenchimento dos Planos de ação dos Programas PGR e PCMSO, bem como a divulgação destas ações;</li><li>• Orientação sobre elaboração/atualização da Ordem de Serviço Ocupacional;</li><li>• Orientação sobre uso de EPCs e EPIs (Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual);</li><li>• Orientações sobre as Normas de Segurança do Trabalho.</li></ul> <p>Vigência de Contrato: 12 meses - Pagamento em parcela única.</p>				
2	<p>Exames médicos Ocupacionais: Admissional, demissional, periódico, mudança de risco ocupacional e retorno ao trabalho.</p> <p>04 Servidores Efetivos 02 Servidores Comissionados</p>	06	Anual	R\$	R\$

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

3	Avaliação Psicosocial – com médico do trabalho	06	Anual	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1 R\$</b>					

**Informar Valor global total R\$...**

**Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.**

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da Dispensa Eletrônica 02/2026.

DECLARAMOS que propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

..... de 202x.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

**RUA DAS HORTÊNSIAS, 1235, CENTRO, CEP: 85.345-000**

E-mail: [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) Fone: (42) 3661-1097

Site: [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

**ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO – PROTEÇÃO TRABALHO DO MENOR**

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, DECLARAR, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, NÃO POSSUINDO, AINDA, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

..... de 202x.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ**

CNPJ: 01.641.655/0001-01

Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000

Fone: (042) 3661-1097 – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br)

---

**AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA ELETRÔNICA N. ° 02/2026-CMPB**

A Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de seu Presidente, torna público que realizará Dispensa de Licitação nº 02/2026, na forma eletrônica, Local: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) “Acesso Identificado”, no dia 15 de junho de 2026, horário de lances das 08:00 às 14:00 horas, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, COM ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, LAUDOS, EXAMES OCUPACIONAIS E ENVIO DOS EVENTOS SST AO ESOCIAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO/PR.**, segundo condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso e seus anexos. O Termo de Referência e seus anexos deverão ser retirados na sede da Câmara Municipal, na Rua das Hortênsias, 1235, Centro, bem como por solicitação via e-mail – [camara@cmpbr.pr.gov.br](mailto:camara@cmpbr.pr.gov.br) ou no [www.camaraportobarreiro.pr.gov.br](http://www.camaraportobarreiro.pr.gov.br).

Porto Barreiro, 02 de junho de 2026.

**ARMINDO RIGO**  
Presidente